

União quer acordos sem aval legislativo

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — A área técnica do Ministério da Fazenda está procurando uma maneira de dispensar a autorização do Congresso para formalizar os acordos de rolagem das dívidas estaduais fechados com os governadores. Os acertos criam despesas para o Tesouro e por isso precisam ser autorizados pelo Legislativo. Mas alguns técnicos buscam uma fórmula que livre o governo de novas pressões para conceder benefícios aos Estados.

Os acordos com Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Sergipe, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são, por enquanto, apenas protocolos. A parte em que o Tesouro assume uma parcela das dívidas desses Estados com bancos e as refinancia por 30 anos pode depender de autorização do Congresso e das Assembleias Legislativas.

Hoje, governadores de 13 Estados se encontram em Vitória para discutir uma agenda comum de reivindicações a ser levada ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Os governadores exigem uma solução imediata para as dívidas estaduais e não querem continuar negociando com a equipe econômica. O governador do Espírito Santo, Vitor Buainain (PT), quer um programa de ajuda mais amplo para os Estados em dificuldades financeiras.

Enquanto os protocolos não são colocados em prática, os Estados têm recebido recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Eletrobrás como adiantamento pela privatização de companhias elétricas.